



---

## **RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL**

---

Autos nº 0000402-28.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da comarca de Itapiranga

### **ATIVIDADE CORREICIONAL**

### **INFORMAÇÕES PRELIMINARES**

Número da portaria: 11/2016-CGJ

Período da correição: 2-5-2016 a 4-7-2016

### **EQUIPE CORREICIONAL**

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Analista Jurídico: Cristiane Bernadete de Souza



## **INTRODUÇÃO**

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## **DADOS DA UNIDADE**

Comarca: Itapiranga.

Unidade: Vara Única.

Municípios integrantes: Itapiranga, Tunápolis, São João do Oeste.

Juiz titular: Rodrigo Pereira Antunes.

Chefe de cartório: Cristiane Schmitz Rambo.

Última correição por equipe da CGJ/SC: 9-9-2013 a 8-11-2013 (autos n. 0012384-44.2013.8.24.0600).

Entrância: inicial.



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.117
1.1.2	Processos em andamento	1.863
1.1.3	Procedimentos em andamento	254
1.1.4	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016 (fl. 56).  
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 115 referem-se a processos de Execução Fiscal, 251 referem-se a processos do Juizado Especial Cível e 136 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.

### 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.733
1.2.2	Processos em andamento	1.489
1.2.3	Procedimentos em andamento	244
1.2.4	Observações	

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.

### 1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	10	21	31
1.3.1.1	Observação			

a) Informações obtidas em 1º-8-2016.

### 1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	2.806	234
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	2.896	241
1.4.3	Janeiro a junho de 2016	1.423	237
1.4.4	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.



### 1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos e documentos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		71
	Cível – Genérico - Processo		
1.5.1.1	Ag. Encerramento do Ato	1	
1.5.1.2	Ag. Prazo	11	
	Criminal – Genérico - Processo		
1.5.1.3	Ag. Prazo	1	
1.5.1.4	Remetidos à Delegacia de Polícia	17	
	Execução Fiscal – Processos		
1.5.1.5	Ag. Prazo	4	
	Execução Penal - Processo		
1.5.1.6	Prestações/Pecuniária	11	
1.5.1.7	Prisão Domiciliar	2	
	Família - Processo		
1.5.1.8	Ag. Prazo	3	
	Juizado Especial Cível - Processo		
1.5.1.9	Ag. Encerramento do Ato	9	
1.5.1.10	Ag. Prazo	2	
	Juizado Especial Criminal - Processo		
1.5.1.11	Ag. Encerramento do Ato	2	
1.5.1.12	Ag. Prazo	1	
1.5.1.13	Remetidos à Delegacia de Polícia	2	
	Juizado Especial Fazendário – Processo		
1.5.1.14	Ag. Encerramento do Ato	5	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Vara do Processo<< Campo excluído do banco de dados >>**

fls. 90

1.5.2	Observações
	<p>a) Informações obtidas em 1º-8-2016 (fls. 57-58).</p> <p>b) Na data de 1º-8-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 41 processos na fila. O mais antigo data de 24-6-2016.</p> <p>b.2) Ag. Análise – Recursos: não existem processos nesta fila.</p> <p>b.3) Cumprir urgente: não existem processos nesta fila.</p> <p>b.4) Recebido do Juiz: Recebido do Juiz – Despacho: existem 9 processos na fila. O mais antigo data de 29-7-2016. Recebido do Juiz – Decisão: existem 3 processos na fila, todos com data de 1º-8-2016. Recebido do Juiz – Sentença: existem 2 processos na fila. O mais antigo data de 29-7-2016.</p> <p>b.5) Escrivão: existem 2 processos na fila. O mais antigo data de 26-7-2016.</p> <p>b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 1 processo com audiência já realizada (n. 0300805-07.2015.8.24.0034).</p> <p>b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. 0301085-75.2015, 0300977-80.2014, 0300161-30.2016, [REDACTED] (segredo de justiça) e 0301152-40.2015), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento mas não há a certidão do art. 327 CNECJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. 0300085-40.2015, 0000591-89.2015, 0000789-92.2016, 0300098-05.2016 e [REDACTED] (segredo de justiça)), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.</p> <p>Fila Petição intermediária</p> <p>b.9) Ag. Análise – Juntada Automática: existem 4 petições pendentes de análise e andamento, sendo todas com data de 2-8-2016.</p> <p>b.10) Ag. Análise – Petições Diversas: existem 6 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga de 1º-8-2016.</p>



## 1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

### MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	150	73
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		6,59%	3,21%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016 (fls. 25-26). b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fls. 59-60). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	7	5
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		47	46
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		26	1
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		9	4
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		0	1
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		0	0
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fls. 27-30). a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria ( <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a> ). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 29-7-2016 (fls. 61-65). b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de maio de 2016 extraídos do site desta Corregedoria ( <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a> ). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



### PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		100	76
	Peticionamento eletrônico		43	30
	Mandados		2	2
	AR		4	1
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fl. 32).				
b) Segunda verificação em 29-7-2016 (fl. 66).				

### MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	8	11
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fl. 33).				
b) Segunda verificação em 29-7-2016 (fl. 67).				

### PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)				
1.6.11.1	Contadoria	3	0	1	0
1.6.11.2	Ministério Público	33	5	67	1
1.6.11.3	Oficialato da Infância e Juventude	7	5	0	0
1.6.11.4	Serviço Social	8	0	4	0
1.6.11.5	Observações				
a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fl. 34).					
b) Segunda verificação em 29-7-2016 (fl. 68).					



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Vara do Processo << Campo excluído do banco de dados >>**

fls. 93

**PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA**

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	82		96	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juízes				
	Marcus Vinicius Von Bittencourt	1	0	0	0
	Rodrigo Pereira Antunes (titular)	20	0	35	0
1.6.12.2	Ministério Público	2	0	5	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.3	Advogado	29	2	22	0
1.6.12.4	Perito	2	0	2	0
1.6.12.5	Porteiro/Leiloeiro	0	0	1	0
1.6.12.6	Distrito Policial	4	1	3	0
1.6.12.7	Procuradoria	24	2	28	0
1.6.12.8	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016 (fl. 35). b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fl. 69). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Vara do Processo << Campo excluído do banco de dados >>**

fls. 94

1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	15	1	3	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	1	0	1	1
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	14	0	9	2
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	57	48	48	44
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	1	0	16	0
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	21	10	22	12
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	26	0	5	0
1.6.13.8	Cartório – arquivar	0	0	1	1
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	5	0	1	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	1	0	6	0
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	12	0	1	0
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	5	0	6	0
1.6.13.14	Cartório – recebido do juiz	-	-	8	0
1.6.13.15	Cartório – recebido do promotor	-	-	0	0
1.6.13.16	Cartório – recebido do contador	-	-	0	0
1.6.13.17	Cartório – prazo 1 a 31	113	22	62	7
1.6.13.18	Cartório – mesa do escrivão	4	0	11	0
1.6.13.19	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.13.20	Cartório – mesa 01 a 10	1	1	4	0
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.21	Cartório – cumprir despacho	10	1	22	0
1.6.13.22	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.13.24	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.26	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.28	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.29	Cartório – aguardando juntada	11	1	9	0
1.6.13.30	Cartório – aguardando petição	0	0	0	0
1.6.13.31	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.13.32	Observações				
	a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fls. 36-37).				
	b) Segunda verificação em 29-6-2016 (fl. 70).				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



### 1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	368	145
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		319	146
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		328	97
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		12	2
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		1	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		12	4
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	143	66
1.7.8	Observações	a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fls. 38-47). b) Segunda verificação em 29-7-2016 (fl. 71-77).		

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	18	16
		Definitivo	30	36	
1.7.9.1	Réu preso - total		48	52	
1.7.9.2	Observações		a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fls. 48-50). b) Segunda verificação em 29-7-2016 (fl. 78-80).		




**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Vara do Processo<< Campo excluído do banco de dados >>**

fls. 96

1.7.13	Observações
a)	Primeira verificação em 26-4-2016 (fls. 51-53). [Redacted]
b)	Segunda verificação em 29-7-2016 (fls. 81-83). b) Item 1.7.12: [Redacted]
b.2)	[Redacted]



## 1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Alimentado	Alimentado
1.8.5	Observações	<p>a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fl. 54).</p> <p>a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 61 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”, vinculados a processos em andamento (Em grau de recurso; Não altera a situação; Suspensão; Em andamento). Quanto aos bens cadastrados no SNBA, 171 estão com a situação “a definir”.</p> <p>a.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>a.3) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). a consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 29-7-2016 (fls. 84).</p> <p>b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 64 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 116 estão com a situação “a definir”. Em consulta ao SAJ, por amostragem nos processos [REDACTED], 0001274-29.2015, 0001546-23.2015, 0000790-14.2015 e 0000147-56.2015, verificou-se que os respectivos bens foram cadastrados no SNBA.</p> <p>b.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há</p>		



estabelecimentos penais registrados.

b.3) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 28-7-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.

## 1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Não se aplica	Não se aplica
1.9.1.1	Observações	Não há abrigos na comarca. a) Primeira verificação em 26-4-2016. b) Segunda verificação em 29-7-2016.		



## **CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS**

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 4 de agosto de 2016.

Catia Lucila Ricordi Crestani  
Assessora Técnica Correicional – Mat. 6.508

Cristiane Bernadete de Souza  
Analista Jurídico - M14829